

FSNE Resistência ao Imperialismo

O Fórum Social Nordestino realiza amanhã (8), em São Luís, o Seminário: Soberania e imperialismo – territorialização, impactos e movimentos de resistência. A proposta do FSNE é abordar o tema em questão num diálogo que possibilite refletir as faces, estratégias de consolidação e impactos, tanto do imperialismo quanto dos movimentos de resistência, portanto anti-imperialistas, consideradas em suas dimensões globais e locais.

O seminário também abordará os modelos econômicos e suas vinculações com a afirmação do imperialismo, considerando e problematizando suas concepções, estratégias e impactos nos diversos setores da organização econômica e seus desdobramentos para o Brasil e, especificamente, o Nordeste.

Participam do primeiro painel: Magnólia Said (Esplar), Flávio Reis (UFMA), Graziela Nunes (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos) e Domingos Dutra (advogado). No segundo painel estarão presentes: Alberto Cantanhede (Centro de Apoio e Pesquisa ao Pescador Artesanal do Maranhão), Solange Rocha (SOS Corpo/GT Serviços da Rebrip), Luís Antonio Pedrosa (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos); e Cândida da Costa (UFMA).

Agenda Feminista na Conferência Nacional de Cidades

O Fórum Nacional de Reforma Urbana promove dia 14, em São Paulo (SP), a oficina “Construindo uma agenda feminista para a Conferência Nacional das Cidades”. O objetivo do FNRU é conhecer experiências de trabalhos com mulheres, que vem sendo realizadas por movimentos populares e sociais urbanos, e também debater desafios para a implementação de uma agenda urbana nas organizações feministas.

Participam representantes de movimentos que integram o FNRU e lideranças feministas da Articulação de Mulheres Brasileiras (Taciana Gouveia/SOSCorpo) e Marcha Mundial de Mulheres (nome a confirmar).

Na oficina, o FNRU também pretende apresentar para discussão entre as/os participantes um documento-base com propostas voltadas para a superação das desigualdades de gênero nas cidades. A oficina será realizada com o apoio da Oxfam e antecede ao Encontro Nacional do FNRU, que também acontecerá em São Paulo, dia 15. Mais informações: Regina Ferreira (reginaferreira@fase.org.br).

Solidariedade a Regina Soares

A AMB se solidariza com Regina Soares Jurkewicz (Católicas pelo Direito de Decidir) e repudia a decisão de diretores do Instituto de Teologia da Diocese de Santo André de afastá-la, através de demissão, do quadro de professoras/es, após a denúncia feita por Regina de crimes sexuais cometidos por padres da Igreja Católica. Regina trabalhava há oito anos no Instituto.

Conforme matéria divulgada pela Revista Época, a socióloga investigou, dentro do trabalho de elaboração de tese de doutorado em Ciências da Religião (PUC de São Paulo), estratégias usadas pela cúpula da Igreja para silenciar vítimas, proteger agressores e encobrir crimes sexuais cometidos por sacerdotes. A pesquisa foi lançada por Católicas pelo Direito de Decidir, com o título “Desvelando a Política do Silêncio: o Abuso Sexual de Mulheres por Padres no Brasil”.

O estudo demonstrou que a hierarquia da Igreja “encoberta os casos e apenas transfere para outras paróquias os padres acusados de cometer o delito”. A demissão de Regina foi mais um episódio da política do silêncio que a própria Regina denunciou, onde também está incluída a impunidade de padres em episódios que envolvem a violência sexual contra as mulheres. Quando o Instituto a demite alegando como justificativa o “*fato de que a instituição, embora assegurando a sua liberdade de pensamento, não aceita e não concorda com os mesmos*”, resta-nos perguntar: o Instituto não aceita as denúncias? Discorda das denúncias? Quem concordaria com essa política de silêncio?!

5º Colóquio de Internacional de DH

Foram abertas a partir do dia 01 deste mês as inscrições para o V Colóquio Internacional de Direitos Humanos, que será realizado em São Paulo (SP), entre 08 e 15 de outubro de 2005, com o tema “Diálogo Sul-Sul para Fortalecer os Direitos Humanos”.

O objetivo é formar novas lideranças e capacitar ativistas de direitos humanos, buscando fortalecer a atuação das entidades da qual fazem parte.

As inscrições podem ser feitas até dia 1º de agosto no site www.conectas.org/coloquio. Todos os pedidos de inscrição serão avaliados por um comitê de seleção independente.

Informações através do e-mail: conectas@conectas.org.

CONtextos

Anexamos a esta edição dois artigos, um de Lena Lavinas e outro de Cristina Carrasco, publicados na Revista Proposta nº 103/104, da FASE. No artigo “Introdução para uma economia feminista” Cristina aborda, entre outras coisas, o trabalho doméstico e a função que desempenha no sistema capitalista. Lena Lavinas foca “Direito Previdenciário para donas de casa *versus* universalidade da proteção social no Brasil”.

Através da divulgação dos artigos, esperamos contribuir para o aprofundamento dos debates sobre esses temas no movimento de mulheres.

Previdência

Pelo reconhecimento do trabalho reprodutivo

Com a aprovação pelo Senado (30/06) da Proposta de Emenda Constitucional (PEC paralela) da Previdência, está garantida na Constituição Federal a aposentadoria, em regime especial, de mulheres sem renda própria ou de baixa renda. Para que seja efetivado o benefício de um salário mínimo falta apenas a regulamentação por parte do governo federal.

Neste sentido, a deputada Luci Choinacki vai encaminhar um projeto, na próxima semana, para ser discutido com o governo e a sociedade, propondo os critérios para o acesso ao benefício. Entre esses critérios deverá estar a definição para “baixa renda” e a faixa etária para acesso à aposentadoria que, segundo informe da assessoria da deputada, deverá ser de 60 anos para as mulheres e de 65 anos para homens.

O destaque da aposentadoria foi proposto pela parlamentar e incorporado pelo relator da PEC na Câmara, deputado José Pimentel, durante o período de debate da reforma da Previdência, em 2003.

A proposta da deputada foi discutida pelo movimento de mulheres, que apresentou propostas para que seja ampliado, por parte do Estado brasileiro, o reconhecimento do valor social do trabalho reprodutivo.

Nos debates realizados em 2003, o movimento feminista defendeu a necessidade de considerar, no acesso aos benefícios da Seguridade Social, o tempo destinado ao trabalho reprodutivo, independente de quem o realiza. “Em que pese a divisão sexual do trabalho ser um dos fundamentos do capitalismo, essa valorização do trabalho reprodutivo precisa acontecer, seja ele realizado por mulheres ou por homens” (AE 46). No diálogo que realizou com organizações feministas, alargar a abrangência dos mecanismos de proteção ao trabalho doméstico foi um dos desafios assumidos pela deputada Lucy.

A aposentadoria agora aprovada poderá atender, conforme destacou na época a AMNB, uma grande quantidade de mulheres negras, chefes de família, que não têm condições de participar do sistema *contributivo* da Previdência.

Outro aspecto ressaltado pelo movimento feminista e de mulheres no documento “Propostas das mulheres para a Reforma da Previdência” (AE 50) é de que o Estado inclua benefícios relacionados ao cuidado de enfermas/os e idosas/os – uma tarefa realizada majoritariamente pelas mulheres – no conjunto de benefícios de todos os regimes previdenciários.

Essas e outras proposições do movimento feminista estão vinculadas a uma perspectiva da afirmação da função *redistributiva* da Previdência Social, o que significa ir além da lógica individualista que orienta um seguro – “pagou, levou” – e significa pensar a Previdência como instrumento de seguridade social, de justiça social e de redução das desigualdades.